



CENTRO UNIVERSITÁRIO
SANTO AGOSTINHO

**CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTO AGOSTINHO – UNIFSA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO**

**POLIANA JULIANA MARQUES DE FREITAS
AIRTON PEREIRA DE SOUSA**

**RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PROVEDORES DE INTERNET EM DECORRÊNCIAS DE ATOS
DE TERCEIROS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA**

***CIVIL LIABILITY OF INTERNET PROVIDERS AS A RESULT OF ACTS OF THIRD PARTIES IN
BRAZILIAN LAW***

***RESPONSABILIDAD CIVIL DE LOS PROVEEDORES DE INTERNET COMO RESULTADO DE
ACTOS DE TERCEROS EN LA LEY BRASILEÑA***

PUBLICADO: 06/2023

<https://doi.org/10.47820/recima21.v4i1.3373>

TERESINA-PI

2023

**POLIANA JULIANA MARQUES DE FREITAS
AIRTON PEREIRA DE SOUSA**

**RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PROVEDORES DE INTERNET EM DECORRÊNCIAS DE ATOS
DE TERCEIROS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do Curso de Direito do Centro Universitário Santo Agostinho, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientador(a): Prof. Dr João Santos da Costa

**POLIANA JULIANA MARQUES DE FREITAS
AIRTON PEREIRA DE SOUSA**

**RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PROVEDORES DE INTERNET EM DECORRÊNCIAS DE ATOS
DE TERCEIROS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do Curso de Direito do Centro Universitário Santo Agostinho, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Direito.

Data de aprovação: (dia) de (mês) de 2023.

Prof. Dr. João Santos Da Costa
Centro Universitário Santo Agostinho
(Orientador)

Prof. Dr.
Centro Universitário Santo Agostinho
(1ª Avaliadora)

Prof. Dr.
Centro Universitário Santo Agostinho
(2ª Avaliadora)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. RESPONSABILIDADE CIVIL: DELIMITAÇÃO DO CONCEITO E ESPÉCIES	7
2.1 Análise conceitual: uma contextualização das funções da responsabilidade civil	7
2.2 Espécies e fundamentos na classificação doutrinária contemporânea	8
3. PROVEDORES DE APLICAÇÃO DE INTERNET: COMPREENSÃO A PARTIR DA DISCIPLINA LEGAL	11
3.1. Abordagem conceitual	11
3.2. Definições e distinções	12
4. RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PROVEDORES DE INTERNET: LIMITES E DESAFIOS NA ERA DA INFORMAÇÃO	14
4.1. As implicações do Marco Civil da Internet	14
4.2. A responsabilidade civil por não remoção de conteúdo ofensivo	15
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
REFERÊNCIAS	18

RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PROVEDORES DE INTERNET EM DECORRÊNCIAS DE ATOS DE TERCEIROS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

CIVIL LIABILITY OF INTERNET PROVIDERS AS A RESULT OF ACTS OF THIRD PARTIES IN BRAZILIAN LAW

RESPONSABILIDAD CIVIL DE LOS PROVEEDORES DE INTERNET COMO RESULTADO DE ACTOS DE TERCEROS EN LA LEY BRASILEÑA

Poliana Juliana Marques de Freitas, Airton Pereira de Sousa, João Santos da Costa

RESUMO

A presente pesquisa aborda a responsabilidade civil dos provedores de internet em decorrência de atos de terceiros, considerando o arcabouço teórico contemporâneo e a legislação do marco civil da internet, visando compreender a perspectiva jurídica no âmbito digital. Para isso, é essencial a análise do Código Civil, que elenca as diferentes formas de responsabilidade civil, a fim de compreender essa relação jurídica. Além disso, são examinadas as implicações da lei do marco civil da internet, especialmente no que diz respeito à liberdade de expressão e responsabilidade dos provedores de internet no Brasil. Para realizar essa pesquisa, foi adotada uma abordagem de revisão bibliográfica narrativa dedutiva, que consiste em identificar, selecionar e analisar os principais estudos e teorias relacionados à responsabilidade civil dos provedores de internet em decorrência de atos de terceiros. Essa abordagem permite uma análise crítica e aprofundada dos dados coletados, possibilitando a identificação de lacunas e limitações na literatura existente. Com base na análise das legislações pertinentes, incluindo a Lei do Marco Civil da Internet, foi possível compreender como ocorre a imputação de responsabilidade nos casos de danos decorrentes de conteúdos gerados por terceiros, bem como a necessidade de estabelecer regras claras para a atuação dos provedores de internet no Brasil. Assim, os objetivos da pesquisa foram alcançados, contribuindo para a compreensão das diferentes formas de relação no modelo legal brasileiro e destacando os limites da responsabilização civil dos provedores de internet. Espera-se que este estudo promova a discussão e o aprimoramento do marco legal relacionado à proteção da privacidade, liberdade de expressão e responsabilidade dos provedores de internet no país.

PALAVRAS-CHAVE: Responsabilidade civil. Provedores de internet. Marco civil da internet. Privacidade. Liberdade de expressão.

SUMMARY

This research addresses the civil liability of internet providers as a result of acts of third parties, considering the contemporary theoretical framework and the legislation of the civil framework of the internet, aiming to understand the legal perspective in the digital sphere. For this, it is essential to analyze the Civil Code, which lists the different forms of civil liability, in order to understand this legal relationship. In addition, the implications of the law of the civil framework of the internet are examined, especially with regard to freedom of expression and responsibility of internet providers in Brazil. To carry out this research, a deductive narrative literature review approach was adopted, which consists of identifying, selecting and analyzing the main studies and theories related to the civil liability of internet providers as a result of acts of third parties. This approach allows a critical and in-depth analysis of the collected data, allowing the identification of gaps and limitations in the existing literature. Based on the analysis of the pertinent legislation, including the Law of the Marco Civil da Internet, it was possible to understand how the attribution of liability occurs in cases of damages arising from content generated by third parties, as well as the need to establish clear rules for the performance of internet providers in Brazil

KEYWORDS: Civil liability. Internet service providers. Civil Rights Framework for the Internet. Privacy. Freedom of speech.

RESUMEN

Esta investigación aborda la responsabilidad civil de los proveedores de Internet como resultado de actos de terceros, considerando el marco teórico contemporáneo y la legislación del marco civil de Internet, con el objetivo de comprender la perspectiva legal en la esfera digital. Para ello, es esencial analizar el Código Civil, que enumera las diferentes formas de responsabilidad civil, para comprender esta relación jurídica. Además, se examinan las implicaciones de la ley del marco civil de internet,

especialmente con respecto a la libertad de expresión y la responsabilidad de los proveedores de internet en Brasil. Para llevar a cabo esta investigación, se adoptó un enfoque de revisión narrativa deductiva de la literatura, que consiste en identificar, seleccionar y analizar los principales estudios y teorías relacionadas con la responsabilidad civil de los proveedores de Internet como resultado de actos de terceros. Este enfoque permite un análisis crítico y profundo de los datos recolectados, permitiendo la identificación de lagunas y limitaciones en la literatura existente. A partir del análisis de la legislación pertinente, incluida la Ley del Marco Civil da Internet, fue posible comprender cómo ocurre la atribución de responsabilidad en casos de daños derivados de contenidos generados por terceros, así como la necesidad de establecer reglas claras para el desempeño de los proveedores de Internet en Brasil.

PALABRAS CLAVE: Responsabilidad civil. Proveedores de servicios de Internet. Marco de Derechos Civiles para Internet. Privacidad. Libertad de expresión.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa trata acerca da responsabilidade dos provedores de internet pelos conteúdos gerados por terceiros em plataformas digitais. O objetivo geral é de favorecer a compreensão desse dos tipos de relação aí incidentes no modelo legal brasileiro e mostrar os limites dessa responsabilização civil.

Logo, é fundamental que sejam analisados cuidadosamente seus fundamentos para que se possa delinear com precisão sua definição. A partir da perspectiva legal brasileira, é importante compreender como se dá a imputação de responsabilidade nesses casos, tendo em vista a complexidade do assunto e a necessidade de se estabelecer regras claras para a atuação dos provedores de internet no país. Nesse sentido, é essencial observar as diferentes jurisprudências e doutrinas existentes, bem como as legislações pertinentes, a fim de se chegar a uma compreensão completa e precisa da questão em debate.

Nesse sentido, tem-se por delimitação do tema os limites da responsabilidade civil das plataformas digitais decorrentes de conteúdos ilícitos gerados por terceiros a partir do aporte teórico e jurisprudencial contemporâneo cumulado com a lei do marco civil da internet, onde descreve em seu artigo 19, que provedores de internet não são responsáveis pelos conteúdos gerados por terceiros, desde que cumpram com as obrigações previstas nesse referido dispositivo legal.

Inicialmente, será demonstrado a existência das espécies e os fundamentos da responsabilidade civil, demonstrando em sequência as espécies de provedores de internet e por fim evidenciando a sequência dessa responsabilidade dentro do ambiente virtual, logo, os provedores de conteúdo, que disponibilizam e produzem conteúdos na internet, respondem pelos danos decorrentes desses conteúdos, sejam eles ilícitos ou não, desde que não cumpram com as obrigações previstas na legislação.

Portanto, surge o problema da presente pesquisa: em que termos ou limites se dá a responsabilidade dos provedores de internet por danos decorrentes de conteúdos gerados por terceiros à luz do ordenamento jurídico brasileiro?

Com isso, podemos compreender a relação jurídica entre usuários e provedores de internet no Brasil, fazendo uma análise da legislação brasileira, para entender os direitos e deveres de cada um nessa relação social. Ademais, observa-se que, uma vez presentes conteúdos ilícitos, será

atribuído às plataformas a responsabilidade de remover estes, mediante ordem judicial específica como aduz a lei do marco civil da internet, lei nº 12.965/2014.

A metodologia utilizada neste artigo científico foi a revisão bibliográfica narrativa dedutiva. Essa metodologia é caracterizada por uma revisão sistemática da literatura, que busca identificar, selecionar e analisar os principais estudos e teorias relacionados a responsabilidade civil dos provedores de internet em decorrência de atos de terceiros. A revisão bibliográfica narrativa dedutiva permite uma análise crítica e profunda dos dados coletados, possibilitando a identificação de lacunas e limitações na literatura existente.

Em suma, a pesquisa, analisa dentro do campo doutrinário as relações dentro do ambiente virtual, que por meio da lei do marco civil da internet, estipula princípios, deveres, direitos e garantias, sustentando a liberdade de expressão, o direito à informação sem transgredir o outro, tendo como base a revisão bibliográfica e a jurisprudência brasileira.

2. RESPONSABILIDADE CIVIL: DELIMITAÇÃO DO CONCEITO E ESPÉCIES

2.1 Análise conceitual: uma contextualização das funções da responsabilidade civil

No presente artigo, será apresentado a visão geral sobre responsabilidade civil com base no código civil vigente no Brasil, incluindo as espécies e os fundamentos legais que regem esse instituto. A ideia principal é que todo aquele que infringir um dever jurídico por meio de um ato, lícito ou ilícito, terá a incumbência de reparar o dano causado a outrem.

Tem-se compreendido conceitualmente responsabilidade civil como um dever jurídico sucessivo, pois que decorre da violação de um dever jurídico preexistente. Trata-se de uma noção que parte da premissa de que o dano corresponde ao ilícito. Nesse sentido, a partir da interpretação do Art. 186 do Código Civil vigente, o ilícito decorre de um comportamento voluntário externado de forma negligente ou imprudente e que, por consequência, tenha produzido um dano, ainda que exclusivamente moral.

Dentre as várias questões envolvidas na responsabilidade civil, destacam-se as suas funções, que a doutrina majoritária subdivide em função compensatória, punitiva e preventiva. Cada uma das funções da responsabilidade civil possui sua própria importância e objetivo, e todas elas são relevantes para a justa reparação dos danos sofridos pelas vítimas de condutas ilícitas.

Conforme Cavalieri Filho (2017, p. 27), "a função compensatória é a principal função da responsabilidade civil, sendo a reparação do dano a sua finalidade precípua". Para o autor, a responsabilidade civil tem como objetivo reparar os danos sofridos pela vítima, a fim de restabelecer a situação anterior ao dano. Essa reparação pode ser realizada mediante o pagamento de indenização em dinheiro, proporcional ao dano sofrido, a fim de compensar a vítima pelos prejuízos materiais e morais decorrentes do evento danoso. Segundo o autor, a função compensatória não visa enriquecer a vítima, mas apenas reparar o dano sofrido (CAVALIERI FILHO, 2017).

A função punitiva da responsabilidade civil também é reconhecida pela doutrina. Nesse sentido, segundo Gonçalves (2020, p. 33), "a responsabilidade civil tem uma função punitiva, porque o infrator deve arcar com a reparação do dano, como forma de punição pelo seu comportamento ilícito". Para esse doutrinador, essa função tem o objetivo desalentar a prática de condutas ilícitas, tornando ciente o infrator de que seu comportamento terá consequências desfavoráveis. A função punitiva, contribui para a redução da prática de comportamentos prejudiciais, desencorajando assim essa prática.

Para falar sobre a função preventiva da responsabilidade civil, é possível mencionar a doutrina de Maria Helena Diniz, que afirma que esta função tem como objetivo evitar a ocorrência de novos danos, por meio da imposição de um ônus ao responsável pelo dano. Segundo Diniz, "a função preventiva consiste em dissuadir os potenciais responsáveis a se absterem de comportamentos que possam gerar danos a terceiros, sob pena de suportarem uma sanção jurídica" (DINIZ, 2021, p. 80). Dessa forma, a responsabilidade civil também atua como um instrumento de prevenção de danos futuros, incentivando a prática de comportamentos socialmente responsáveis.

Além disso, é crucial compreender a essência do termo responsabilidade, derivada do latim, *Respondere*, que significa o dever jurídico de responder civilmente, avocando para si os efeitos

negativos causados diante dos seus atos, buscando assim um equilíbrio social. Contudo, não se pode imputar responsabilidade a todos indiscriminadamente, é preciso verificar se a parte em questão preenche os requisitos necessários para ser responsabilizado.

Com base nisso, fica certo a importância da responsabilidade civil como instrumento de equilíbrio social, pois permite a reparação de danos sofridos por sujeitos de forma individual ou coletiva, bem como a prevenção de futuras condutas ilícitas. Sendo fundamental uma análise criteriosa da responsabilidade em cada caso concreto, para que sejam identificadas as suas reais funções e, conseqüentemente, aplicadas as medidas adequadas.

2.2 Espécies e fundamentos na classificação doutrinária contemporânea

É possível identificar algumas espécies de responsabilidade civil que são aplicáveis no direito brasileiro. Segundo Maria Helena Diniz (2016), a responsabilidade civil é a obrigação de reparar o dano causado a outrem, seja por ação ou omissão, negligência ou imprudência, independentemente de haver culpa do agente ou não.

Uma das espécies mais comuns é a responsabilidade civil contratual, que decorre do descumprimento de um contrato ou acordo estabelecido entre as partes. Nesse sentido, a legislação brasileira prevê que "aquele que descumprir alguma obrigação assumida em contrato responderá pelos prejuízos causados à outra parte" (Código Civil, art. 389).

Outra espécie de responsabilidade civil é a extracontratual ou aquiliana, também conhecida como responsabilidade civil por ato ilícito. De acordo com Pablo Stolze e Rodolfo Pamplona Filho (2019), essa espécie decorre do dano causado a outra pessoa sem a existência de um contrato prévio. A responsabilidade extracontratual pode ser objetiva, quando não há necessidade de comprovar a culpa do agente, ou subjetiva, quando é preciso demonstrar a culpa ou dolo do agente para caracterizar a responsabilidade.

Além disso, existe também a responsabilidade civil por fato de terceiro, que ocorre quando uma pessoa é responsabilizada pelos danos causados por outra, que esteja sob sua responsabilidade ou que tenha agido por sua ordem ou em seu nome. De acordo com Caio Mário da Silva Pereira (2016), essa espécie de responsabilidade pode decorrer da relação de trabalho, da guarda de animais ou de bens, dentre outras situações previstas em lei.

É crucial entender a distinção entre, obrigação e responsabilidade, aquela se trata de um dever inicial, já essa seria um dever consecutivo ao descumprimento da obrigação. Posto isso, dentro desses institutos temos as divisões de responsabilidade civil, que são analisadas de forma criteriosa a fim de garantir a adequada reparação dos prejuízos.

Diante disso, a base da responsabilidade civil se encontra na conduta do ofensor, seja ela omissiva ou comissiva, ou até mesmo do risco gerado pelo ofensor diante da conduta escolhida. Nesse contexto, verifica-se dois tipos de responsabilidade civil, a primeira seria responsabilidade civil subjetiva e a segunda objetiva.

Com essa premissa, o código civil estabeleceu como um consenso geral o dever de indenizar os danos causados quando o dano, a culpa e o nexo de causalidade estão presentes. Essa forma de

responsabilidade é conhecida como responsabilidade civil subjetiva, e seu embasamento legal encontra-se no art. 186 desse dispositivo legal. No entanto, com o avanço das relações jurídicas, surgiu a responsabilidade civil objetiva como uma nova forma de responsabilidade no âmbito jurídico.

Além disso, a responsabilidade civil objetiva descarta a necessidade de provar a culpa, obedecendo os requisitos necessários, como a demonstração do dano e do nexo de causalidade, conexão da conduta com o resultado final. Em suma, se trata de uma responsabilidade desobrigada de culpa, mas com o dever de indenizar o dano causado, previstos no art. 927, parágrafo único do código civil vigente.

Logo, a responsabilidade objetiva sucede da teoria do risco, que por meio da atividade que exerce, cria-se a possibilidade de perigo de dano para outrem, originando a obrigação de reparar, sendo bem próxima da nossa atual realidade no meio da tecnologia, porém não se estende aos provedores diante dos atos praticados por terceiros.

Então, se tratando de responsabilidade civil dos provedores, poderão responder objetivamente se, diante da situação, for uma relação de consumo, ainda assim, mesmo não cabendo essa hipótese, existe a possibilidade desses, responderem objetivamente, porém a jurisprudência não é pacífica nesse sentido.

Nessa concepção, existe ainda a responsabilidade subsidiária, responde o provedor de internet de forma consecutiva e subsidiária ao dano causado por outrem por conduta de terceiro, uma vez que, diante da situação em que os provedores de internet sejam omissos, responderão subsidiariamente, ainda que conhecedor do conteúdo ilícito, esse se manter inerte.

Cabe destacar que a reparação do dano está dentro da violação do dever jurídico, promovendo um dever do agressor em reparar o dano causado a outrem, seja moral ou material, com o intuito de restituir a situação anterior ao dano causado para a pessoa prejudicada.

Diante disso, observando o que foi exposto, conseguimos perceber a existência de duas principais espécies de danos, já mencionada previamente. A primeira, dano moral, está ligado ao dano extrapatrimonial, ou seja, é uma conduta do agressor que maleficia o interior do ofendido, como a honra, imagem, a intimidade, até prejuízos psíquicos.

De acordo com o que foi explicitado, existem danos que violam drasticamente os direitos da personalidade, esses são passíveis de dano moral puro, onde é explícito a transgressão do direito, sendo irrelevante a comprovação do dano, exceção à regra, não se assemelhando a um desgosto ou irritação. O código civil traz a inviolabilidade da honra, imagem, vida privada, bem como a intimidade, prevista no art. 12 do referido dispositivo legal.

Assim sendo, no que tange ao dano moral, concerne o prejuízo marcado pela sua patrimonialidade, melhor dizendo, são prejuízos que impelem a perda de um bem, conhecido como danos emergentes, que dar-se-á pela sua danificação ou a inutilização. No caso de dano em que o ofendido deixou de desfrutar de lucros diante do ato, seria lucros cessantes.

De modo geral, compreende-se que o dano é um desfecho decorrente de um direito violado, e para todo dever jurídico violado existe uma reparação, uma responsabilização pela conduta ilícita praticada. Desse modo, a classificação doutrinária em espécies de responsabilidade civil, objetiva e subjetiva, se mostra de grande importância na hora de determinar a responsabilização de um

indivíduo, tendo em vista que é necessário verificar se houve culpa ou dolo na conduta do agente.

3. PROVEDORES DE APLICAÇÃO DE INTERNET: COMPREENSAO A PARTIR DA DISCIPLINA LEGAL

3.1. Abordagem conceitual

Os provedores de aplicação de internet são empresas que fornecem serviços de hospedagem, armazenamento, processamento e transmissão de dados na internet. Essas empresas são reguladas pelo Marco Civil da Internet, lei nº 12.965/2014, que define os direitos e deveres dos provedores e usuários de internet no Brasil.

Diante disso, o presente estudo lista as definições dos termos a partir da lei, bem como a doutrina, dos diferentes tipos de provedores e suas distinções. Adianta-se a ideia trazida por Silva e Santos (2013), de que provedor de internet é gênero, abrangendo as categorias que serão exploradas adiante, dentre elas o provedor *backbone*, o provedor de acesso, o provedor de correio eletrônico, o provedor de hospedagem e o provedor de conteúdo), aqui entendidos como espécies.

Na lei 12.965/14, Marco Civil Da Internet, encontram-se estabelecidos os princípios, as garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil e a referida lei, também traz os principais conceitos técnicos, relativos às terminologias usadas na rede de computadores. E no presente estudo, as principais definições são em relação à internet e às aplicações de internet, nas quais estão presentes os provedores de aplicação de internet, cuja responsabilidade civil em decorrência de atos de terceiros é a matriz do presente estudo.

Primeiro temos o conceito de internet que, para fins legais, tem como definição trazida pelo Marco Civil “o sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes” diante desse conceito legal, podemos observar que não há um governo, organismo internacional ou entidade que tenha o controle absoluto sobre a internet. E assim sendo, a regulamentação da rede é efetuada a partir da legislação de cada país sendo livre para exercer as regras de utilização com as hipóteses de responsabilidade (SILVA; SANTOS, 2013.)

Por seguinte, temos o segundo conceito, o de aplicações de internet, que a lei 12.965/14, define como “o conjunto de funcionalidades que podem ser acessadas por meio de um terminal conectado à internet” e essa definição por sua vez é ampla, podendo ser enquadrados os portais de conteúdo, plataformas de mídias sociais, microblogs, comunicadores instantâneos, e-mails, blogs, sites de comércio eletrônico, serviços de internet banking etc. Dessa forma, nota-se que a lei não fala de uma definição específica para os diferentes tipos de provedor de aplicação, mas sim de um conceito geral. Outro conceito que foi trazido por Silva e Santos (2013) é que provedor de serviço de internet são as pessoas naturais ou jurídicas que fornecem serviços com relação ao funcionamento da internet, ou por meio dela. Já Guilherme Magalhães Martins formula tipologia sobre as principais categorias de provedores ao afirmar que:

[...] os provedores podem enquadrar-se em cinco principais categorias, a partir das respectivas atividades ou funções (podendo as quatro últimas ser exercidas cumulativamente pela mesma entidade): provedores de backbone, provedores de conteúdo de informação (information providers ou content providers), provedores de acesso (Internet Service Providers), provedores de hospedagem (hosting servisse providers) e provedores de correio eletrônico.

Resumidamente, a legislação brasileira estabelece diferentes categorias de provedores de aplicação de internet, sendo eles o provedor *backbone*, provedor de acesso, provedor de correio eletrônico, provedor de hospedagem e provedor de conteúdo. Cada categoria possui funções e responsabilidades distintas, mas todos são regidos pelos princípios e deveres estabelecidos pelo Marco Civil da Internet. É importante destacar que a responsabilidade civil desses provedores é um tema relevante, já que eles são passíveis de serem responsabilizados por atos de terceiros ocorridos em suas plataformas. Assim, compreender as definições e distinções dos diferentes tipos de provedores é fundamental para garantir a proteção e a segurança dos usuários da internet e o cumprimento das normas legais.

3.2. Definições e distinções

Inicialmente, devemos analisar o provedor *backbone*, ou na tradução “espinha dorsal”, ou também conhecida como rede de transporte, representa o nível máximo hierárquico nas redes de computadores. E esse tipo de provedor nada mais é do que a pessoa jurídica que efetivamente detém as estruturas físicas, com a capacidade de manipular grandes volumes de informações, composta basicamente por roteadores de tráfego interligados por circuitos de alta velocidade. (SILVA; SANTOS, 2013.)

Por seguinte tem-se o provedor de acesso, também denominado provedor de conexão, que conforme Silva e Santos (2013) é a pessoa jurídica, fornecedora de serviços que consistem em proporcionar o acesso de seus consumidores à internet. Para ser considerado um provedor de conexão basta que a empresa fornecedora de tais serviços ofereça aos seus consumidores apenas o acesso à internet, ou seja, basta que possibilite a conexão dos computadores de seus clientes à internet.

De modo consequente o provedor de correio eletrônico, Silva e Santos (2013) aduz que são as pessoas jurídicas fornecedoras de serviço que consiste em possibilitar o envio de mensagens dos usuários aos seus destinatários, armazenar mensagens enviadas a seu endereço eletrônico até o limite de espaço disponibilizado e permitir apenas ao contratante do serviço o acesso ao sistema de mensagens, por meio do nome de usuário e senha exclusivo, que comumente é definido pelo próprio usuário.

Já em relação aos provedores de hospedagens, é a pessoa jurídica que fornece o serviço que consiste em possibilitar o armazenamento de dados em seus servidores próprios de acesso remoto, permitindo o acesso de terceiros a esses dados, conforme a condição estabelecida pelo contratante do serviço. Assim, um provedor de hospedagem oferece dois serviços distintos: o armazenamento de arquivos em um servidor e a possibilidade de acesso a tais arquivos consoante as condições previamente estipuladas com o provedor de conteúdo, que podem permitir o acesso de quaisquer pessoas ou apenas usuários determinados. (SILVA; SANTOS, 2013)

Portanto, o provedor de conteúdo, é, para Silva e Santos (2013), toda pessoa natural ou jurídica que disponibiliza na internet as informações criadas ou desenvolvidas pelos provedores de informação, utilizando servidores próprios ou por meio de um servidor de hospedagem para armazená-las.

Diante disso, a distinção entre os diferentes tipos de provedores de internet é de extrema importância para a atribuição de responsabilidades civis decorrentes de atos de terceiros na rede. Cada tipo de provedor exerce uma função específica na prestação de serviços de internet, e cada um deles possui um nível diferente de controle e influência sobre as informações e dados armazenados e transmitidos através da rede. Desse modo garantindo a proteção dos direitos dos usuários da internet e a segurança jurídica das empresas e entidades que atuam no mercado digital.

4. RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PROVEDORES DE INTERNET: LIMITES E DESAFIOS NA ERA DA INFORMAÇÃO

4.1. As implicações do Marco Civil da Internet

O Marco Civil da Internet, Lei nº 12.965/2014, trouxe diversas implicações para a proteção da privacidade, liberdade de expressão e responsabilidade dos provedores de internet no Brasil. Conforme destaca Medeiros (2017), entre as principais implicações da lei, podemos citar a garantia da neutralidade da rede, que visa assegurar o acesso igualitário e sem distinção a todos os conteúdos disponíveis na internet. Além disso, a lei estabelece a proteção da privacidade dos usuários, como pontua Roscoe (2015), ao prever a necessidade de consentimento expresso para o uso de dados pessoais e a obrigação dos provedores de adotarem medidas de segurança para evitar vazamentos de informações.

Portanto, nota-se que a referida lei estabelece diretrizes para o uso da internet no país, como a garantia da neutralidade da rede, a proteção da privacidade dos usuários e a responsabilidade civil dos provedores de internet. Segundo essa norma, "o provedor de conexão à internet não será responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros, salvo após ordem judicial específica e nos termos da lei" (Lei nº 12.965/2014, art. 18).

Destaca Tartuce (2016), que essa imunidade de responsabilidade não é absoluta, e que o provedor de conexão pode ser responsabilizado civilmente pelos danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros em algumas situações específicas, como quando descumprem ordens judiciais para a remoção de conteúdos ofensivos ou quando têm conhecimento inequívoco da ilicitude do conteúdo e não o removem.

Nessa visão, vamos nortear, legalmente, com a seção III de lei 12.965/14 que estabelece a responsabilidade dos provedores de internet, que inicia com art. 18 deixando explicitado que não será responsabilizado civilmente, o provedor de internet, em decorrência de danos causados por terceiros. Nessa perspectiva, o artigo mencionado busca equilibrar a proteção aos direitos fundamentais, como a liberdade de expressão e a privacidade, com a proteção de outros valores jurídicos, como a proteção da honra e da imagem das pessoas.

Portanto, podemos afirmar que o Marco Civil da Internet representa um importante marco regulatório para o uso da internet no Brasil, ao estabelecer regras claras e garantir direitos fundamentais aos usuários.

Percebe-se que o Marco Civil da Internet é uma importante legislação que estabelece diretrizes para o uso da internet no Brasil, protegendo os direitos fundamentais dos usuários, garantindo a neutralidade da rede e estabelecendo a responsabilidade civil dos provedores de internet. A imunidade de responsabilidade dos provedores de conexão não é absoluta e pode ser afastada em algumas situações específicas.

Logo, o marco civil perfaz sua contribuição para o estabelecimento de um ambiente digital seguro, confiável e respeitoso dos direitos dos usuários, além de promover a inovação e o desenvolvimento econômico no setor de tecnologia da informação e comunicação, garantindo que

todos os dados trafegados na internet devem ser tratados de forma igualitária pelos provedores de acesso, sem discriminação ou privilégios a determinados tipos de conteúdo.

4.2. A responsabilidade civil por não remoção de conteúdo ofensivo

Inicialmente, tem-se que o Marco Civil da Internet estabelece princípios e diretrizes para o uso da internet no Brasil, que têm o intuito de orientar as ações dos diversos atores envolvidos na oferta e uso dos serviços de internet, tais como provedores, usuários, empresas, governo, entre outros. Esses princípios e diretrizes são fundamentais para garantir a proteção dos direitos dos usuários e a segurança jurídica para as empresas que atuam no setor.

Dentro das diretrizes previstas, é importante frisar o artigo 19 da lei do Marco Civil Da Internet, que delimita a responsabilidade civil dos provedores de internet em decorrência de ato ou conteúdos gerados por terceiros, somente como uma forma subsidiária, se após ordem judicial especificando o conteúdo infringente, o provedor não tornar indisponível o conteúdo considerado ilícito.

Existe uma divergência jurisprudencial acerca desse tema, que reflete a interpretação atualmente adotada pelos tribunais sobre a responsabilidade civil dos provedores de internet, considerando os limites estabelecidos pela legislação vigente. É importante observar que as decisões judiciais podem variar e que a questão da responsabilidade dos provedores ainda é objeto de discussões e análises pelos tribunais e pelo próprio STF.

“APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO MANDAMENTAL E CONDENATÓRIA. OFENSAS PUBLICAS NA INTERNET. APLICAÇÃO DO ART. 19 DA LEI DO MARCO CIVIL. NECESSIDADE DE ORDEM JUDICIAL PRÉVIA PARA REMOÇÃO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. Sob a sistemática do artigo 19 da Lei nº 12.965/2014 - Marco Civil da Internet -, os provedores de aplicações (redes sociais) não podem ser responsabilizados se deixarem de atender a pedido de remoção de conteúdo na internet feito por um usuário que tenha se sentido ofendido por determinada manifestação. As plataformas só estão obrigadas a tirar postagens do ar quando o Poder Judiciário houver reconhecido a ilicitude daquele conteúdo (abuso do direito à livre expressão de pensamento). Enquanto pendente de julgamento a constitucionalidade da norma inserta no artigo 19 da Lei nº 12.965/2014 pelo STF - Tema 987 -, prevalece o entendimento de que a responsabilidade dos provedores de conteúdo de internet somente é devida se, após notificação judicial para retirada do material, esta se mantiver inerte. Precedente. Diante da imposição legal de judicialização da providência pretendida, não se aplica à espécie o princípio da sucumbência, de forma que, sendo a parte autora quem deu causa ao ajuizamento do processo, está é quem deve arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sobretudo diante da ausência de pretensão resistida com relação à exclusão dos conteúdos indicados na inicial. Precedente. NEGARAM PROVIMENTO À APELAÇÃO.ACÓRDÃO”

(TJ-RS - AC: 70084067677 RS, Relator: Eliziana da Silveira Perez, Data de Julgamento: 18/03/2021, Sexta Câmara Cível, Data de Publicação: 12/07/2021)

Logo, existe um aspecto crítico do atual modelo de responsabilização dos provedores de internet está relacionado à necessidade de encontrar um equilíbrio entre a proteção dos direitos individuais e a garantia da liberdade de expressão. Embora a legislação e a jurisprudência tenham avançado na definição das responsabilidades dos provedores, ainda existem desafios a serem superados. Uma das críticas frequentes é a falta de clareza e uniformidade nas decisões judiciais, o que pode gerar incertezas e insegurança jurídica tanto para os provedores quanto para os usuários.

Por conseguinte, é fundamental buscar uma maior harmonização e consolidação da jurisprudência, por meio de diálogo entre os tribunais, a fim de estabelecer diretrizes claras e previsíveis sobre a responsabilidade dos provedores de internet. A clareza e a uniformidade nas decisões judiciais contribuirão para uma maior segurança jurídica, garantindo a proteção dos direitos dos usuários e estabelecendo um ambiente mais propício para a inovação e o desenvolvimento da internet.

Bittar (2016), expõem que o artigo 19 do Marco Civil da Internet estabelece que os provedores de aplicações só serão responsabilizados civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros, caso após ordem judicial específica, não adotem as providências necessárias para tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente.

O marco civil da internet em seu §1º do artigo 19, estabelece que a ordem judicial para responsabilização civil do provedor de aplicações por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros deve conter uma identificação clara e específica do conteúdo apontado como infringente, de forma a permitir a localização inequívoca do material, sob pena de nulidade da ordem (BRASIL, 2014). Essa exigência visa evitar que haja censura indiscriminada e assegurar a efetividade da proteção aos direitos autorais, sem violar o princípio da liberdade de expressão e comunicação na internet.

Tendo como parâmetro, equilibrar a proteção dos direitos dos usuários com a liberdade de expressão e o desenvolvimento da internet como plataforma de comunicação e inovação, sem prejudicar a atividade dos provedores de serviços de internet. Assim, os provedores são incentivados a criar mecanismos eficientes de remoção de conteúdo ofensivo, sem que isso afete a livre circulação de informações na rede.

Na busca por criar mecanismos eficientes de remoção de conteúdo ofensivo, os provedores de serviços de internet têm adotado diversas estratégias. No Brasil a legislação adotou o *notice-and-notice* como modelo, no qual o provedor notifica o usuário que publicou o conteúdo considerado ilícito ou ofensivo, permitindo que ele apresente sua defesa antes da remoção efetiva do conteúdo. Esse modelo é importante para garantir o direito de defesa do usuário e evitar a censura prévia na internet.

Desta maneira, o Marco Civil da Internet é uma importante legislação que estabelece princípios e diretrizes para o uso da internet no Brasil, tendo como objetivo proteger os direitos dos usuários, garantir a inovação e o desenvolvimento da internet, e promover a segurança na rede. Essa lei é fundamental para garantir a proteção dos direitos dos usuários e para o crescimento sustentável da internet como plataforma de comunicação e inovação.

5. CONSIDERAÇÕES

Ao finalizar esta pesquisa, pode-se afirmar que os objetivos propostos foram alcançados. Inicialmente, foi possível compreender as diferentes espécies e fundamentos da responsabilidade civil e suas implicações no ambiente virtual. A partir disso, foi apresentada uma análise detalhada das diferentes espécies de provedores de internet e sua responsabilidade na geração de conteúdos ilícitos por terceiros.

Através da revisão bibliográfica narrativa dedutiva, foi possível identificar as principais teorias e estudos relacionados ao tema e analisar criticamente os dados coletados, possibilitando a identificação de lacunas e limitações na literatura existente.

Com base na análise das legislações pertinentes, incluindo a Lei do Marco Civil da Internet, foi possível compreender a imputação de responsabilidade nos casos de danos decorrentes de conteúdos gerados por terceiros e a necessidade de estabelecer regras claras para a atuação dos provedores de internet no Brasil.

Por seguinte, tem-se que a ausência de uma interpretação consistente da lei pode gerar incertezas e insegurança jurídica, tanto para os provedores quanto para os usuários. Portanto, é importante buscar uma maior harmonização e consolidação da jurisprudência, a fim de estabelecer diretrizes claras e previsíveis, promovendo assim um ambiente jurídico mais seguro e propício para o desenvolvimento da internet e a proteção dos direitos dos envolvidos.

Através dessa pesquisa foram alcançados objetivos, favorecendo a compreensão dos diferentes tipos de relação no modelo legal brasileiro e mostrando os limites da responsabilização civil dos provedores de internet. Espera-se que este estudo contribua para a discussão e aprimoramento do marco legal relacionado à proteção da privacidade, liberdade de expressão e responsabilidade dos provedores de internet no país.

REFERÊNCIAS

- BITTAR, Eduardo C. B. **Direito civil**: teoria geral. 17. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2016.
- BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Brasília: Presidência da República, 2002.
- BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Brasília: Presidência da República, 2014.
- CALIXTO, Marcela. A Responsabilidade civil objetiva no Código Civil Brasileiro: Teoria do risco criado, prevista no parágrafo único do artigo 927. **Revista Newton Paiva**, p. 28, 2020. Disponível em: <https://revistas.newtonpaiva.br/redcunp/wp-content/uploads/2020/05/PDF-D11-13.pdf>
- FIORILLO, C. A. P. **O Marco Civil da Internet e o Meio Ambiente Digital na Sociedade da Informação**: Comentários à Lei N. 12.965/2014. São Paulo: SARAIVA, 2015. *E-book*.
- GONÇALVES, C. R. **Responsabilidade Civil**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. *E-book*.
- GONÇALVES, M. V. R.; LENZA, P. **Direito Processual Civil**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. *E-book*.
- JESUS, D. D. **Marco Civil da Internet**: Comentários à Lei N. 12.965, de 23 de abril de 2014. São Paulo: SARAIVA, 2014. *E-book*.
- JUNIOR, I. F. B.; LEITE, B. S. F. Responsabilidade civil dos provedores de aplicações por ato de terceiro na lei 12.965/14 (marco civil da internet). **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n. 115, p. 48, 2017.
- MEDEIROS, Flávia Lages de. Marco Civil da Internet: Uma análise das implicações da Lei nº 12.965/2014. **Revista Brasileira de Direito da Informática e Telecomunicações**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 107-126, 2017.
- MELLO, A. F. V. D.; SANKIEVICZ, A.; VERONESE, A.; OLIVEIRA, A. F. D.; CALAÇA, A.; KELLER, C. I.; LANDA, C.; DONEDA, D.; VIANA, F. M.; MENDES, G. F.; FONSECA, G.; GUIMARÃES, G. C.; GOULART, G. D.; PINHEIRO, G.; TEUBNER, G.; SARLET, I. W.; RACHID, J. A. D.; VILAÇA, J. L. D. C.; PINHEIRO, J. B.; LENAERTS, K.; MENDES, L. S.; BELLI, L.; CARVALHO, L. B. D.; SANTOS, M. W. D.; CAMPOS, M. A.; FONTES, M. E. M.; BAQUEIRO, P.; CASTRO, P. A. B. D.; SILVEIRA, P. B. D.; ALVES, S.; MAZZUOLI, V. D. O.; FERNANDES, V. O.; ASSEN, Y.; CARVALHO, A. G. P. D. **Internet e Regulação**. São Paulo: Saraiva, 2021. *E-book*.
- ROSCOE, João. O direito à privacidade no Marco Civil da Internet. **Revista de Direito do Consumidor**, São Paulo, v. 101, p. 129-152, jul./set. 2015.
- ROSENVALD, N. **As Funções da Responsabilidade Civil a Reparação e a Pena Civil**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. *E-book*.
- SILVA, R. B. T. D.; SANTOS, M. J. P. D. **Responsabilidade Civil na Internet e nos Demais Meios De Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2017.
- TARTUCE, Flávio. **Direito Civil**: Lei de Introdução e Parte Geral. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.